



REVISTA

SESI SENAI EDUCAÇÃO

AGOSTO/2015

ELIMINANDO

BARREIRAS

Lei brasileira da inclusão é sancionada e passa a ser um marco para pessoas com deficiência

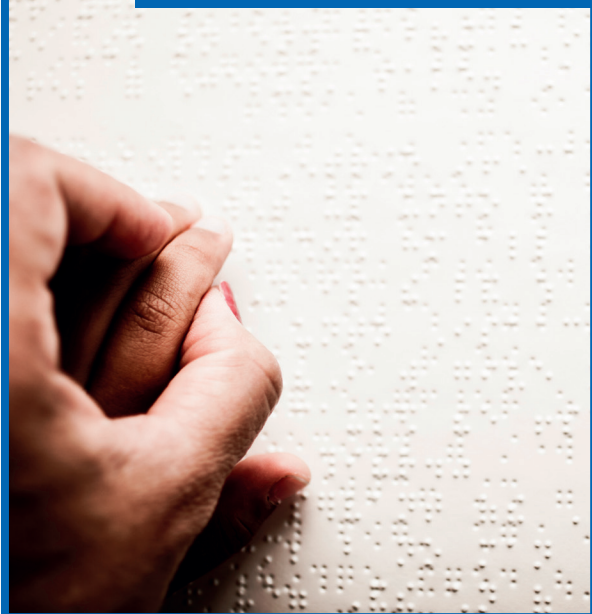
SENAI

Aprendizagem em todo o Brasil

SESI

Ética e segurança digital

4 CAPA



3 EDITORIAL
**Inclusão, aprendizagem
e segurança digital**

4 CAPA
Eliminando barreiras

22 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Aprendizagem em todo o Brasil



30 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
**Programa jovem aprendiz
dos correios**

36 PROGRAMA SENAI DE
PADRONIZAÇÃO EDUCACIONAL
**Avaliação de desempenho
de estudantes**

44 EDUCAÇÃO
Ética e segurança digital



52 ENTREVISTA
**Eu, meu filho e a internet:
ameaças reais no mundo virtual**

58 CRÔNICA
Sorria: você não está sendo filmado



Rafael Lucchesi

Diretor-superintendente do Sesi - Departamento Nacional, Diretor-geral do SENAI e Diretor de Educação e Tecnologia da CNI

Inclusão, aprendizagem e segurança digital

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), seguindo o princípio da responsabilidade social, entende que uma sociedade se torna mais desenvolvida, mais amadurecida e mais humanizada quanto mais reconhecer essa possibilidade para todos os seus cidadãos.

Desse modo, legitima-se como democrática a sociedade que é inclusiva, na qual todos têm seu espaço como cidadãos comuns, sem levar em conta suas peculiaridades individuais, sociais e políticas.

Atualmente, vivemos a era da inclusão, que reflete mudanças significativas na sociedade, exigindo novas legislações que direcionem a educação para que esteja ao alcance de todos, independentemente de etnia, gênero, idade, deficiência ou qualquer outra variável.

Diante do exposto, a matéria de capa desta edição da revista Sesi/SENAI Educação traz um balanço sobre a recém-sancionada Lei da Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência – e sobre as ações que SENAI e Sesi já realizam em direção à inclusão em suas unidades educacionais.

Além dessa importante matéria, a revista fala também sobre o novo Programa de Aprendizagem a Distância, ofertado pela primeira vez na história pelo SENAI, e sobre uma parceria que o Sesi está fechando com o Ministério Público do Distrito Federal para disseminar a importância da segurança digital para crianças, pais e educadores.

Vale a pena conferir. Boa leitura!

ELIMINA

BARREIRA

Lei brasileira da inclusão é sancionada e passa a ser um marco para pessoas com deficiência

Depois de mais de uma década em tramitação no Congresso Federal, o Brasil vê instituído, no último mês de julho, o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Ordinária n. 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à sua cidadania, a Lei passa a ser, então, um marco legal para os mais de 45 milhões de brasileiros que declararam, no censo realizado em 2010, ter algum tipo de deficiência. O número corresponde a 23,9% da população.

INDO

TRAS



5

REVISTA
SESI/SENAI
EDUCAÇÃO

CAPA

6

REVISTA
SESI/SENAI
EDUCAÇÃO



O Estatuto inova em garantias sociais e elimina barreiras de acessibilidade em áreas de transporte, moradia, serviços, educação, esporte e cidadania. Algumas medidas importantes contempladas no texto são o fim da cobrança de taxa extra em escolas particulares e a garantia do auxílio-inclusão, um incentivo que aproxima, ainda mais, as pessoas com deficiência do mercado de trabalho. Também foi aprovada a obrigação de instituições públicas e privadas oferecerem livros e materiais acessíveis.

O senador Romário, um dos entusiastas do Estatuto e relator do projeto no Senado Federal, disse que passa a vigorar no Brasil uma nova era de inclusão, em que a sociedade se prepara para receber as pessoas com deficiência. Para Romário, essa é uma lei cidadã, à luz dos direitos humanos, de extrema importância não só para as pessoas com deficiência, mas para toda a sociedade brasileira.

VETO

Ao sancionar a LBI, a presidente Dilma Rousseff vetou alguns artigos, entre eles o 29, que determinava que as instituições de educação profissional e tecnológica, as de educação, ciência e tecnologia e as de educação superior, públicas, federais e privadas, eram obrigadas a reservar, em cada processo seletivo, pelo menos 10% de suas vagas, por curso e turno, para estudantes com deficiência. Já o artigo 30, que dispõe sobre a adoção de determinadas medidas para processos seletivos acessíveis, foi mantido. A disponibilização de provas em formatos acessíveis, a dilação de tempo e a tradução completa do edital e de suas retificações em Língua Brasileira de Sinais (Libras) estão entre elas.

8

REVISTA
SESI/SENAI
EDUCAÇÃO

AÇÕES DE ADEQUAÇÃO: SENAI

Algumas instituições de ensino já estão se preparando para atender ao Estatuto da Pessoa com Deficiência há algum tempo. É o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), instituição de educação profissional que há pelo menos dois anos tem um projeto, para pessoas com deficiência, de adequação de cursos, recursos didáticos, avaliação, certificação e capacitação de docentes.

Esse projeto está ligado ao Programa SENAI de Ações Inclusivas (PSAI), que oferece apoio para a qualificação, possibilitando que pessoas com deficiência possam ser incluídas no mundo e no mercado de trabalho. Segundo Adriana Barufaldi, coordenadora do PSAI, o sentido da aprendizagem no contexto da educação profissional é certificar para dar autonomia. “Incluir, nesse caso, é efetivamente qualificar para o mundo e o mercado de trabalho, e a certificação, então, tem que ter sentido para a pessoa e para a empresa”, diz Adriana, ressaltando que é importante certificar, reconhecendo a peculiaridade e a especificidade de cada pessoa, conforme descrito no Decreto n. 6.949/2009 e na Lei n. 13.146/2015, garantindo ciclos de aprendizagem diferenciados, caso seja necessário. “A proposta de adequação deve investir em reconhecimento de saberes e apostar em conceitos de flexibilização e temporalidade para fazer a qualificação do sujeito”, afirma.

A coordenadora do PSAI conta que parte do projeto contempla adequações de grande e de pequeno porte. “A adequação de grande porte analisa o curso e prevê, considerando a peculiaridade da deficiência, práticas pedagógicas diferenciadas, certificação, avaliação e apoios adequados, além de acessibilidade comunicacional, programática, instrumental, arquitetônica, metodológica e atitudinal”, explica Adriana.

Já no âmbito da unidade escolar, trabalho desenvolvido em parceria com os Departamentos Regionais e Unidades Operacionais do SENAI em todo o BRASIL, promove-se a adequação de pequeno porte, tida como uma segunda etapa. Nessa fase, consideram-se a peculiaridade e a especificidade do aluno que fez a matrícula para, então, garantir a efetiva inclusão e acessibilidade. “A escola tem que considerar a especificidade de cada aluno e garantir a acessibilidade, as tecnologias assistivas e todas as adequações/adaptações de instrumentos, ferramentas e equipamentos, ambientes e apoios”, diz a coordenadora, enfatizando que o Estatuto da Pessoa com Deficiência garante que nenhuma instituição pode cobrar nada a mais por isso.

O SENAI trabalha com um ciclo virtuoso de adequações que passa por livros didáticos, situações de aprendizagem, capacitação de docentes, projeto de inclusão nas empresas, bem como pela avaliação e certificação. “Se não construirmos um ciclo virtuoso, que abranja tudo isso, não conseguiremos fazer um processo efetivo de inclusão”, afirma Adriana, reiterando que a maioria das exigências do Estatuto o SENAI já cumpre e que a única questão que a instituição vem trabalhando fortemente é a formação dos intérpretes de Libras, considerando o nível e a modalidade, o que é uma novidade, já que, até então, esse requisito não era uma exigência.

A Lei prevê a capacitação continuada de todos os profissionais que participam dos programas e serviços de inclusão. Além disso, por ser a Libras reconhecida como língua materna dos surdos, o intérprete precisará ser formado no mesmo nível para o qual irá interpretar. Segundo a coordenadora do PSAI, o SENAI já capacitou, em três anos, aproximadamente 5.400 profissionais somente na área da

inclusão, em diferentes temas, e este ano já está prevista a capacitação de mais mil docentes em Libras, 750 em audiodescrição e quatrocentos em Curso de Informática para deficientes visuais, utilizando o software Digitavox e atualização dos softwares Virtual Vision, NVDA, Jaws e Dosvox. “Os cursos de Libras são, em sua maioria, de qualificação. O SENAI, por exemplo, oferece esse curso. Já formamos, em dois anos, 1.500 profissionais em Libras em nível de qualificação”, conclui a coordenadora, reforçando que “fazer inclusão é um compromisso institucional do SENAI, compromisso esse que extrapola o cumprimento de um marco legal, pois sentimo-nos privilegiados em conviver e estimular a convivência e a experiência das diferenças”.

SENAI/AM

O Programa SENAI de Ações Inclusivas (PSAI) propõe a Metodologia SENAI de Adequação Curricular, que surgiu exatamente da necessidade de oferecer um atendimento educacional inclusivo.

Vários Departamentos Regionais se envolveram na formulação dessa proposta. É o caso, por exemplo, do SENAI/AM. Segundo Sílvia Moreira Barros, gerente-geral de Educação Profissional do Departamento Regional do Amazonas, por intermédio da flexibilização do currículo, da acessibilidade aos ambientes e de equipamentos e recursos de tecnologias assistivas, são possíveis a promoção e garantia à igualdade de acesso aos alunos com deficiência, respeitando suas especificidades e peculiaridades.

“Com uma visão sistêmica, e uso da Metodologia, preocupou-se com as várias etapas do processo, ou seja, desde o ingresso, passando pela permanência, avaliação e certificação dos alunos com deficiência, baseando os saberes adquiridos, por meio do desenvolvimento das habilidades e competências”, afirma a gerente. Para ela, as adequações nas várias etapas do processo também precisam ser bem definidas, contando com recursos e auxílios tanto físicos quanto humanos.

Sílvia ressalta que, para o sucesso efetivo, o trabalho em conjunto é fundamental. “E quando falamos conjunto, entenda-se toda a cadeia formadora do Regional, da Central de Matrícula ao diretor regional”, conclui.

Confira, a seguir, um pouco das ações inclusivas do SENAI/AM.

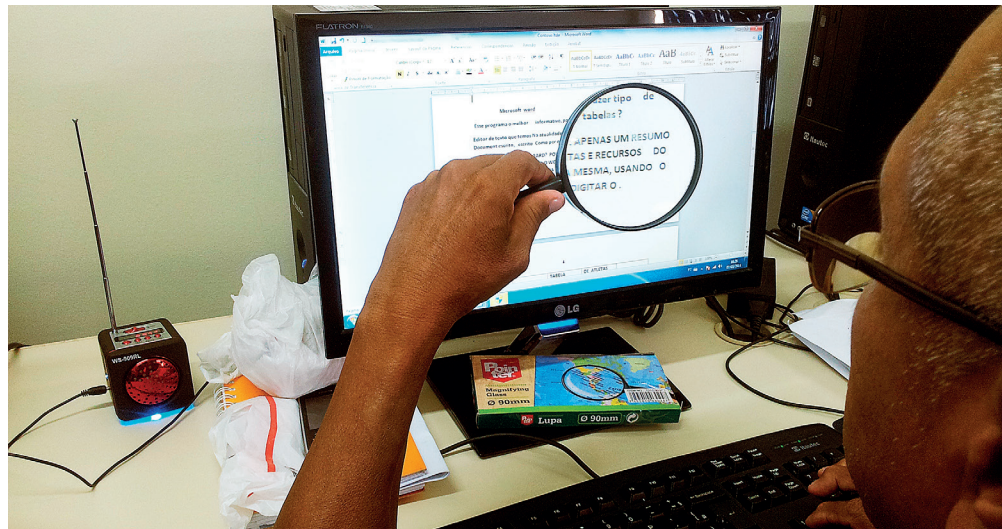




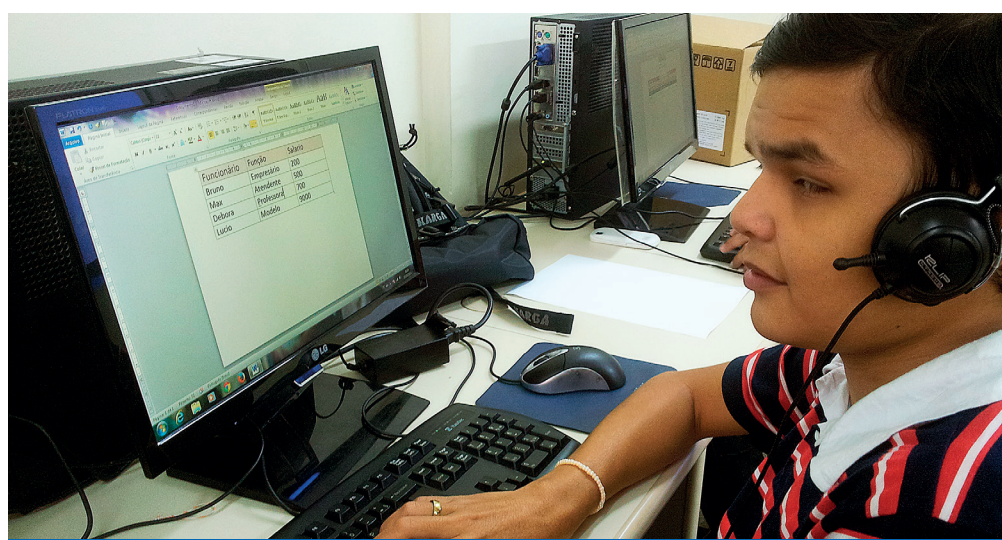
Aluna cega no Curso de Panificação



Capacitação Docente



Lupa



Leitor de Tela DOSVOX 2

SENAI/DF

Valéria Silva, coordenadora pedagógica do SENAI/Taguatinga/DF, lembra que a proposta pedagógica da instituição tem como premissa a Metodologia SENAI de Educação Profissional, que instiga o aluno a desenvolver as competências necessárias a partir da aprendizagem significativa para atender às demandas da indústria, tanto no que tange ao conhecimento técnico quanto às habilidades e atitudes do profissional.

“Quando nos referimos ao profissional, falamos também das Pessoas com Deficiência”, reitera a coordenadora. Ela explica que o SENAI/DF é uma instituição de educação profissional, inclusiva, que visa a que o aluno com deficiência esteja em condições iguais para a inserção no mercado de trabalho. “Esse processo ocorre com as devidas adequações/adaptações curriculares do itinerário formativo, respeitando as peculiaridades dos alunos”, diz Valéria.

E essa adequação/adaptação, segundo a coordenadora, vai muito além da acessibilidade. “Há também uma adequação da estrutura e do desenho curricular, com vistas a permitir ao aluno a apropriação das competências de acordo com suas peculiaridades, sejam elas físicas, sejam intelectuais”, afirma, completando que, dessa forma, a adequação do desenho curricular se dá a partir do perfil profissional com os ajustes no plano de curso, bem como no exercício da prática pedagógica com a atuação do docente na mediação da aprendizagem e com a utilização de vários recursos, tais como as tecnologias assistivas e as adaptações dos ambientes de ensino e dos materiais didáticos, considerando a necessidade do aluno com deficiência.





FOTOS: DIVULGAÇÃO



Valéria conta que há uma flexibilização das estratégias curriculares com vistas ao objetivo pedagógico baseado na metodologia por competência, que mostra ao aluno que ele é capaz sozinho ou com ajuda, mostrando-lhe o desempenho que é necessário alcançar para a aquisição da competência, oportunizando seu acesso ao mundo do trabalho.

“Nesse sentido, é nosso papel enquanto educador, ressaltar as potencialidades do estudante em detrimento às suas dificuldades”, afirma a coordenadora, dizendo ser importante salientar que toda a equipe escolar está imbuída a adaptar e flexibilizar o currículo para atender ao aluno com deficiência, reconhecendo e acolhendo as diferenças individuais.

Por fim, Valéria acredita ser necessário considerar, também, que o educando com deficiência poderá necessitar de intervenções pedagógicas para desenvolver as competências propostas de forma geral ou em partes. “Quanto ao mercado de trabalho, podemos observar um aumento considerável na contratação de pessoas com deficiência pelas empresas públicas e privadas em cumprimento à legislação. Essa ação dá às pessoas que buscam por uma qualificação profissional a oportunidade de ingresso ou recolocação no mercado de trabalho, e o SENAI/DF tem como missão promover a educação profissional e tecnológica, contribuindo para elevar a competitividade das indústrias no Distrito Federal”, explica a coordenadora, concluindo que há inúmeras possibilidades de se trabalhar a inclusão e que não há limites para ajudar o aluno com deficiência. “Poder ver a evolução de um profissional que necessita apenas de um pouco de compreensão da nossa parte para que o resultado aconteça é muito gratificante”. ■

EDUCAÇÃO BÁSICA: SESI

No que diz respeito à escolarização das pessoas com deficiência, o Serviço Social da Indústria de Santa Catarina (SESI/SC) também desenvolve há algum tempo um importante trabalho na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e Educação Continuada para construir uma prática pedagógica inclusiva. Trata-se do Programa SESI Educação de Jovens e Adultos para Pessoas com Deficiência, cujas diretrizes são a compreensão do sujeito como possuidor de diferentes habilidades e conhecimentos experimentais e o desenvolvimento de uma prática, com a sua participação, que vise ao crescimento individual múltiplo lógico-matemático, linguístico, espacial, corporal-cinestésico, interpessoal, intrapessoal etc.

A metodologia de ensino e o material didático são próprios, adequados às necessidades educacionais das pessoas com deficiência e se sustentam no construtivismo atitudinal. “A metodologia considera o histórico escolar das pessoas com deficiência que frequentaram escolas regulares na educação básica e oferece a elas um atendimento especializado”, diz Rosani Aparecida Dias Favretto, técnica da Gerência de Educação do SESI que acompanha a educação inclusiva, explicando que o intuito é fornecer segurança e oportunidade de elevação da autoestima, o que, consequentemente, levará ao melhor rendimento no aprendiza-



do. “Mesmo tendo conhecimento de que, em tese, estaria contrária a algumas vertentes da educação inclusiva, a instituição optou por criar turmas e escolas especiais para as pessoas com deficiência visual, físico-motora, auditiva e intelectual”, explica.

Rosani conta que, a partir de 2007, o Sesi passou a oferecer a educação inclusiva, no intuito de atender a uma nova demanda da indústria, que é melhorar o nível de escolaridade das pessoas com deficiência. “Não se trata, porém, de uma simples melhoria das competências requeridas pelo mundo do trabalho, visto que a educação inclusiva busca, acima de tudo, assegurar a toda pessoa com algum tipo de deficiência o pleno direito à educação, contribuindo para o desenvolvimento de suas capacidades, aptidões e habilidades”, afirma a técnica.

A primeira das oito escolas inclusivas do Sesi a funcionar dentro dessa proposta foi instalada em Joinville/SC, município industrial por excelência, com grande demanda por pessoas com deficiência por parte das indústrias. “Atualmente, a escola desempenha o papel de um Centro de Recursos Inclusivos para toda a rede Sesi/SC”, diz Rosani, ressaltando que toda a estrutura das escolas inclusivas do Sesi atende às normas legais de acessibilidade e que, no espaço, são ofertados os anos iniciais do ensino fundamental na modalidade de ensino presencial e os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio na modalidade a distância. “Além de trabalhar o conteúdo tradicional, a EJA inclusiva dá conta de trabalhar com os alunos as necessidades geradas pela deficiência, como, por exemplo, seus direitos e deveres como cidadãos e trabalhadores, aspectos da independência para a vida diária, postura profissional etc.”.

O quadro técnico e docente do Programa SESI Educação de Jovens e Adultos para Pessoas com Deficiência recebeu uma formação inicial de 240 horas para a utilização da metodologia de ensino própria, desenvolvida em parceria com profissionais da Universidade Federal de Santa Catarina, para atuar com os alunos com deficiência visual, auditiva, intelectual e físico motora, de modo a facilitar a sua interação com esse público e deles com seus colegas de sala de aula. Periodicamente é oferecida formação continuada com consultoria externa de renome internacional na área da inclusão.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento de competências pessoais e coletivas para a compreensão e solução de problemas emergentes em relação à educação inclusiva, foi elaborado um conjunto de cinco Cadernos Pedagógicos relativos ao tema. Sua composição serve de referência para a prática dos professores: Fundamentos da Educação



20

REVISTA
SESI/SENAI
EDUCAÇÃO

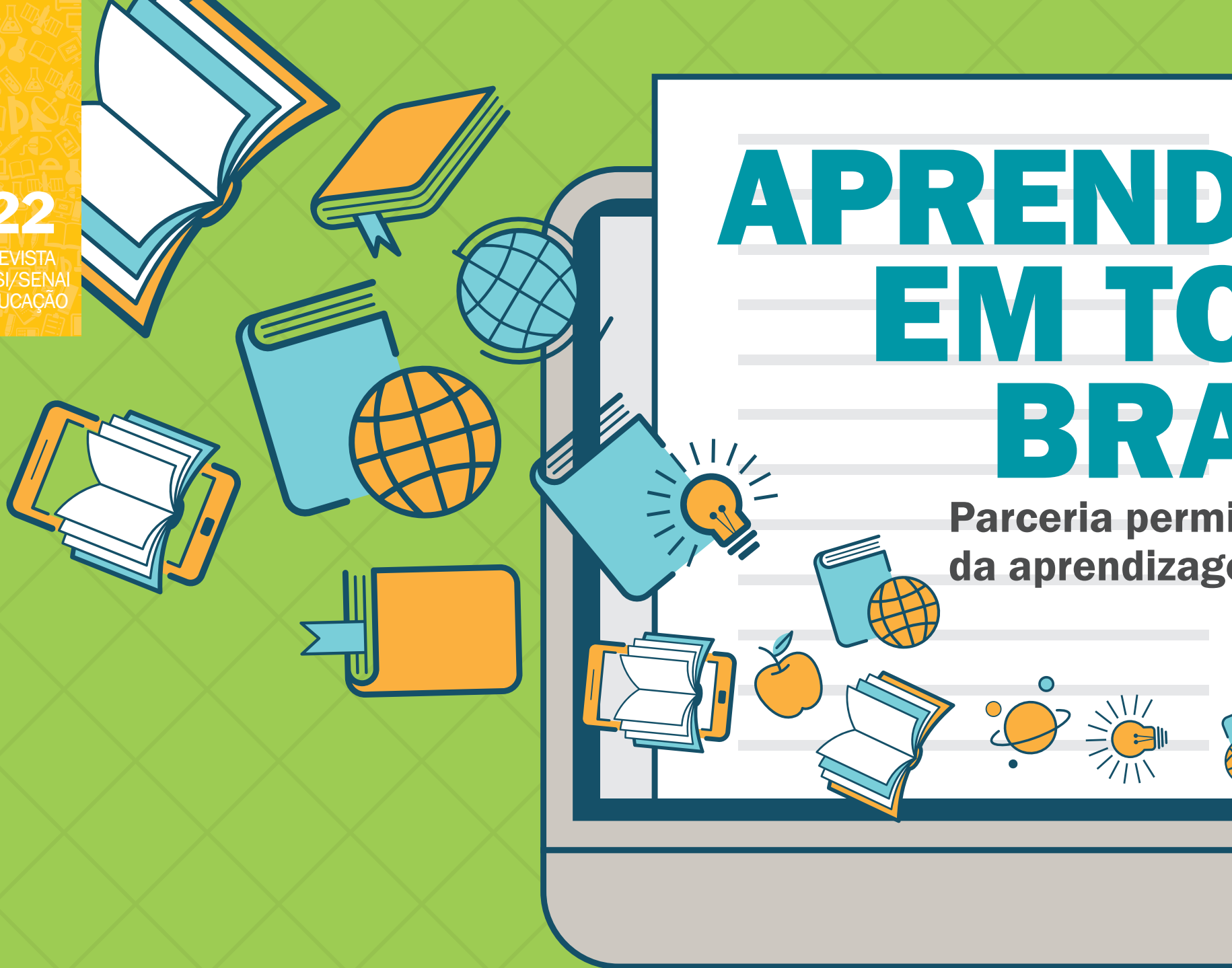
Inclusiva; Educação Inclusiva de Pessoas Surdas; Educação Inclusiva de Pessoas Cegas e com Deficiência Visual; Educação Inclusiva de Pessoas com Deficiência Motora; Deficiência Inclusiva de Pessoas com Deficiência Intelectual.

Nas escolas inclusivas do SESI são disponibilizadas Salas de Recursos para os alunos que ainda não dominam a leitura de sinais, o sistema Braile de Comunicação, e outras ações pedagógicas específicas, entre eles a Língua Portuguesa como segunda língua, o aprendizado de relacionar palavras novas com o vocabulário dominado e o acesso às tecnologias assistivas.

Também são oferecidos os Cursos de Educação Continuada, entre eles: Braile, Libras, Arteterapia, Digitação Básica (para cegos), Dosvox, Datilografia Braile (realizada nas máquinas braile), Sorobã (preparação para cálculos matemáticos), Orientação e Mobilidade, Preparação para o Mercado do Trabalho e Transição para a vida ativa (TVA).

As oito escolas inclusivas do SESI atendem aproximadamente 850 alunos por ano, e muitos deles já estão incluídos no mundo do trabalho.

Segundo a técnica, a maioria das exigências do Estatuto da Pessoa com Deficiência já é cumprida pelo SESI, assegurando uma educação de qualidade à pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e ao exercício da cidadania. “Nosso projeto pedagógico garante condições de acesso, permanência e participação de todos os alunos e demais integrantes da comunidade escolar e suas famílias no espaço escolar, além da adoção de práticas pedagógicas inclusivas”, explica Rosani, reiterando que o propósito é desenvolver uma escola que rejeite a exclusão e promova a verdadeira aprendizagem conjunta e sem barreiras. ■



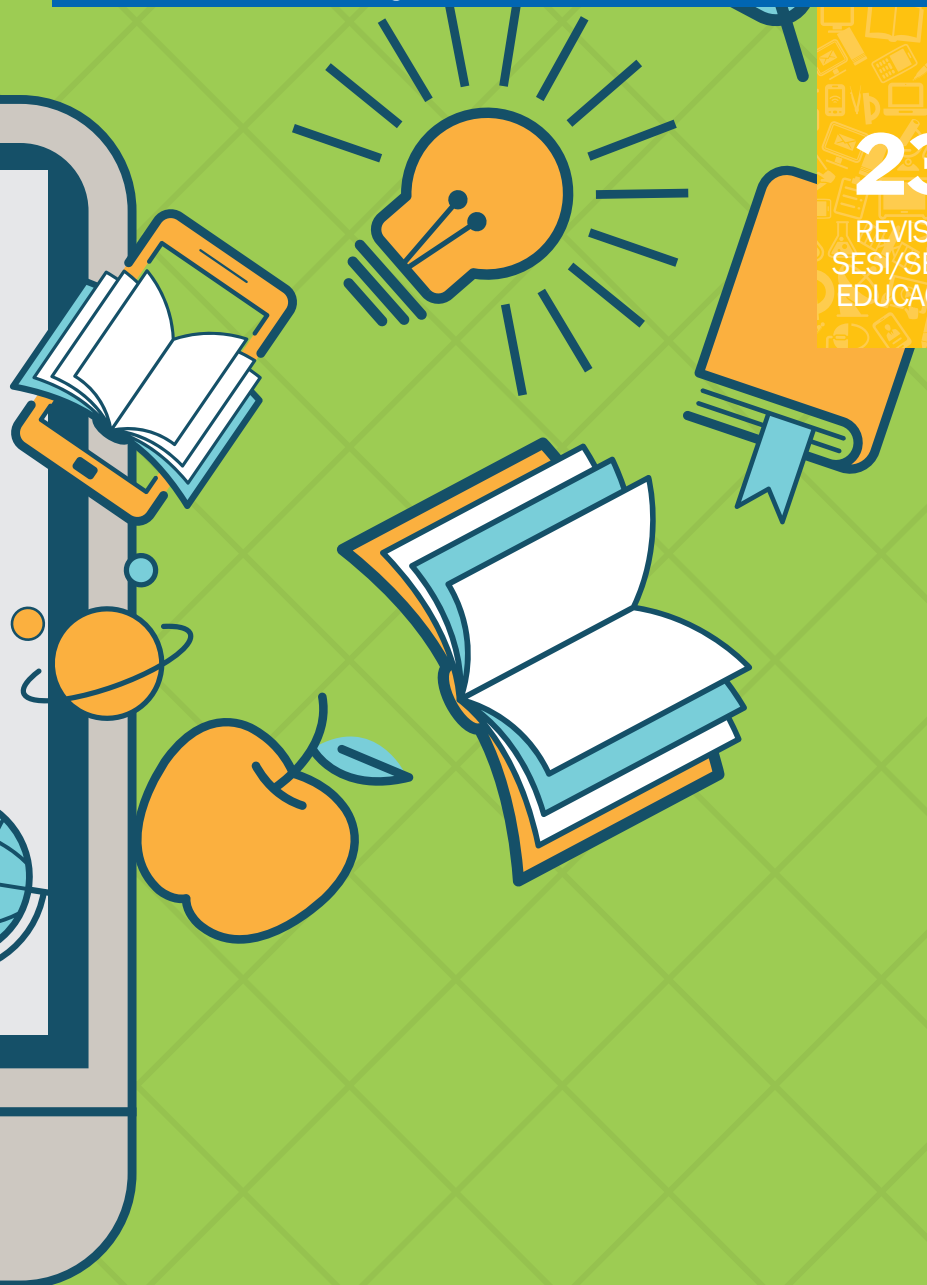
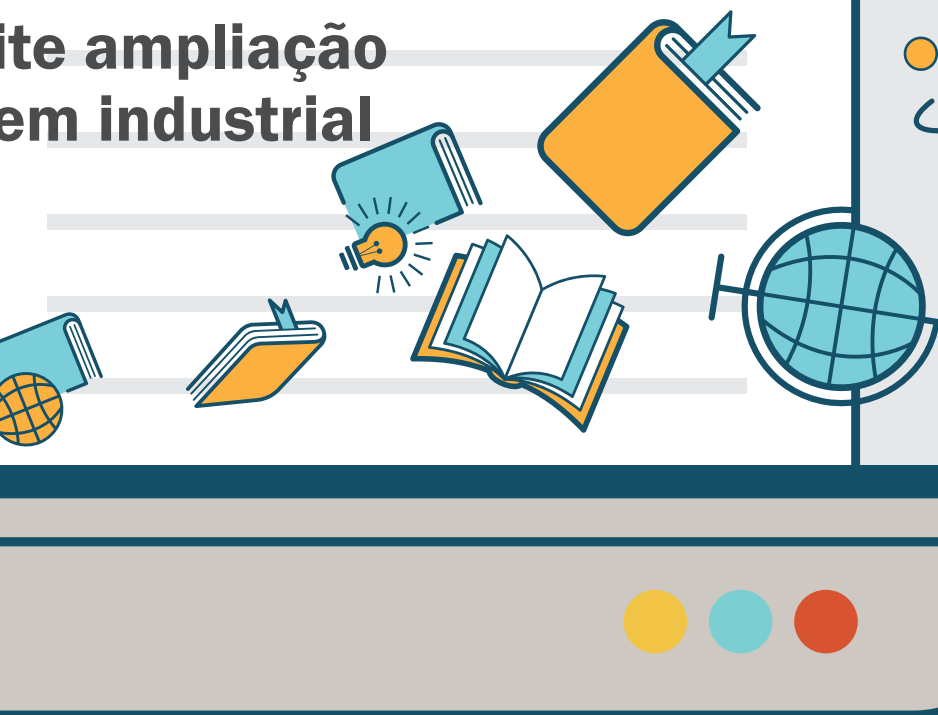
APRENDIZAGEM EM TO BRA

Parceria permite
da aprendizagem

SENAI, Correios e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), respaldados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), firmaram um importante termo de cooperação, no último mês de julho, que vai permitir que o curso do Programa Jovem Aprendiz dos Correios seja ofertado também pela educação a distância (EaD). A parceria atende à grande capilaridade dos Correios que, somada à demanda por poucas vagas em cada município, impossibilita a realização do curso presencial. Essa é a primeira vez que o SENAI vai ofertar um programa de aprendizagem industrial a distância.

APRENDIZAGEM INDUSTRIAL EM TODO O BRASIL


Permite ampliação
da aprendizagem
em industrial

**23**

REVISTA
SESI/SENAI
EDUCAÇÃO

Segundo Nina Rosa, gerente de Educação Profissional e Tecnológica do SENAI, esse termo de cooperação está em conformidade com a legislação brasileira, que permite a EaD para a aprendizagem industrial como uma exceção. “Pela regra, todos os programas de aprendizagem devem ser presenciais, exceto quando o número de cotistas de uma localidade não for suficiente para a formação de uma turma presencial ou não houver uma infraestrutura educacional adequada naquele município”, diz Nina, esclarecendo que essas duas variáveis foram identificadas em 779 municípios brasileiros, onde os Correios possuem 1.252 vagas para aprendizes.





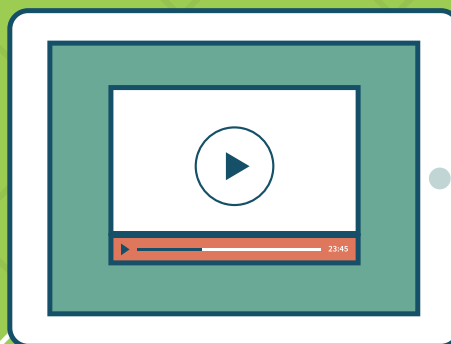
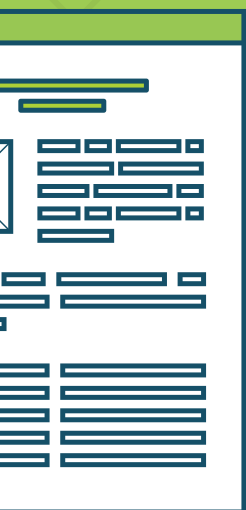
Alcelir Schifter, chefe do Departamento de Gestão de Saúde, Segurança e Sustentabilidade dos Correios, corrobora, dizendo que, para a empresa, mais do que cumprir uma determinação legal, esse programa representa uma oportunidade para auxiliar na construção de uma sociedade mais igualitária, com a formação de jovens que possam fazer a diferença no desenvolvimento do País. “As instituições que desenvolvem programas de aprendizagem ampliam a empregabilidade dos jovens num mercado de trabalho cada vez mais exigente”, afirma Schifter, ressaltando que inovar o processo de aprendizagem por meio da oferta do curso na modalidade a distância, mantendo os mesmos referenciais de qualidade dos cursos presenciais, permitirá expandir rapidamente o processo às localidades com restrições estruturais.

O termo de cooperação prevê uma experiência-piloto para atendimento em cinco estados, com supervisão permanente dos Correios, do SENAI e do MTE, como também dos auditores fiscais, ligados às Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego, que fazem a fiscalização do cumprimento das cotas. Os estados participantes são Amazonas, Ceará, Goiás, São Paulo e Santa Catarina. “Nesses cinco estados, serão 567 aprendizes, distribuídos em 309 municípios, quase a metade da demanda total de municípios que os Correios têm para atendimento com o curso a distância”, explica Nina Rosa, ressaltando que, com isso, o MTE já recomenda que as autuações que os Correios vinham sofrendo sejam suspensas. “Já existe um reconhecimento do esforço dos Correios e da iniciativa pioneira do SENAI nesse curso, atendendo ao perfil do jovem conectado com as tecnologias e insatisfeito por ficar preso ao modelo tradicional”, destaca a gerente.

A procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT), Renata Coelho, acredita que o Programa Jovem Aprendiz, nessa versão que contempla o ensino a distância, totalmente certificado, acaba por ser ferramenta inovadora de efetivação de direitos. “Desde o início, a ideia era desafiadora, e sua implementação exigirá boa medida de aparelhamento, organização e dedicação de todos os envolvidos, sejam os órgãos executores, sejam os órgãos encarregados de fiscalizar e ‘vigiar’ o respeito à ordem jurídica, como é o caso do Ministério Público do Trabalho”, diz ela, reforçando que, se todos os envolvidos estiverem engajados no cumprimento da lei, na proteção do trabalho do adolescente e na garantia da finalidade da aprendizagem, existem grandes chances de que o Programa, tal como confeccionado, seja um enorme sucesso. “Podemos estar diante de um instrumento que servirá de modelo a outras empresas que, tal como os Correios, por conta das peculiaridades de localização e da quantidade de estabelecimentos, até o momento, ainda não se adequaram à cota prevista em lei”, afirma.



Já Ana Alencastro, coordenadora-geral de Preparação e Intermediação de Mão de Obra Juvenil do MTE, diz que a iniciativa dos Correios teve todo o apoio do Ministério em razão da importância de se levar oportunidades de contratos de trabalho de aprendizagem aos adolescentes e jovens de municípios menores. “Trata-se do cumprimento das cotas legais de uma das maiores empresas brasileiras em parceria com o SENAI, que é uma instituição reconhecida pela qualidade da formação profissional que oferece. Para cada um desses adolescentes e, certamente, para suas famílias, entrar no mundo do trabalho de forma protegida e qualificada, com todos os seus direitos garantidos, significa receber um passaporte para um futuro muito mais atraente e promissor”, afirma a coordenadora.



DIRETRIZES

Segundo Paula Martini, especialista em Desenvolvimento Industrial do SENAI, o objetivo da instituição foi criar um produto aderente à demanda do cliente, validar o produto junto aos órgãos reguladores e implantá-lo. “Para nós, é um privilégio ter a oportunidade de fazer a modelagem de um programa de aprendizagem a distância”, diz Paula, ressaltando que, assim, a instituição amplia sua capilaridade de atuação, possibilitando atendimento em mais localidades pelo País.

Os programas de aprendizagem industrial sempre fizeram parte da história do SENAI desde que ele foi criado, na década de 1940, e representam uma importante contribuição para a sociedade brasileira. Eles são oferecidos para jovens de 14 a 24 anos, com o objetivo de preparar os aprendizes para ingressar no mercado de trabalho de forma qualificada.

Para formatar o curso a distância de Assistente Administrativo no Programa Jovem Aprendiz dos Correios, foram superados inúmeros desafios. Paula fala que, primeiramente, é importante considerar que os programas de aprendizagem têm sempre uma formação escolar e uma fase empresa. “Essa integração entre teoria e prática resulta em um contrato de trabalho, que exige um controle de frequência. Para cumprir essa característica, o Ministério do Trabalho e Emprego exigiu que sejam definidos um endereço e um horário para a realização da fase escolar. Então a solução foi um curso a distância, com dia, hora e local fixos”, diz a especialista, explicando que, como a maioria das localidades que serão atendidas por esse curso não possui unidades do SENAI, os aprendizes farão o curso a distância dentro da



própria agência dos Correios, em horário e dia pre-determinados, realizando a atividade escolar.

Outro desafio é o fato de que, em muitas localidades de abrangência do Programa, a conexão à internet disponível é de baixa qualidade. Segundo Paula, a solução foi formatar um curso online e outro, muito semelhante, que é realizado offline. “Para o aluno que não tem internet, os recursos digitais serão embarcados em computadores. Quando for necessário encaminhar algo ao tutor do SENAI, o aprendiz fará as atividades e enviará pelos Correios”, conta a especialista, completando que, na EaD, são utilizados, além da multimídia digital, os livros didáticos.

“Fazemos essa combinação entre recursos didáticos, entregando para os alunos o livro impresso e a senha para acessar o ambiente virtual, ou, na situação offline, o livro impresso e o material digital pré-instalado no computador”. A proposta formatada para atender à demanda de aprendizagem dos Correios contará ainda com momentos presenciais, em que um docente irá até o aprendiz periodicamente. “O SENAI faz questão de incluir esse momento presencial no currículo por uma questão de qualidade e de aproximação com o aluno”, diz Paula.

A expectativa das instituições envolvidas é que, ao final da experiência-piloto, seja realizado um processo de validação, documentada e registrada, com lições aprendidas, boas práticas, remodelagem do que for considerado aspecto de melhoria e, a partir disso, em 2017, ocorrerá a expansão da oferta para o Brasil todo, dentro dos limites do cumprimento de cotas de vagas para os aprendizes dos Correios. ■



30

REVISTA
SESI/SENAI
EDUCAÇÃO

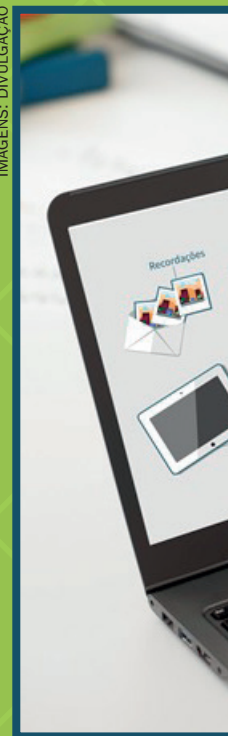
PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DOS CORREIOS

A participação dos Departamentos Regionais

A formatação da solução para o curso a distância no Programa de Aprendizagem Industrial para atendimento aos Correios começou com a criação do Itinerário Nacional, que contém a descrição das competências do cargo de Assistente Administrativo e o desenho do currículo necessário para a formação desses profissionais.

Segundo Paula Martini, especialista do SENAI, foi definido que o programa seria composto de 400 horas escolares mais 400 horas na empresa. “As 400 horas escolares são compostas por onze unidades curriculares, sendo que cinco delas integram a parte inicial da formação, chamada

IMAGENS: DIVULGAÇÃO





Módulo da educação para o trabalho, que é mais genérico, mais transversal e pode ser usado para todos os programas de aprendizagem industrial. As outras unidades são mais específicas para os Correios”, conta Paula.

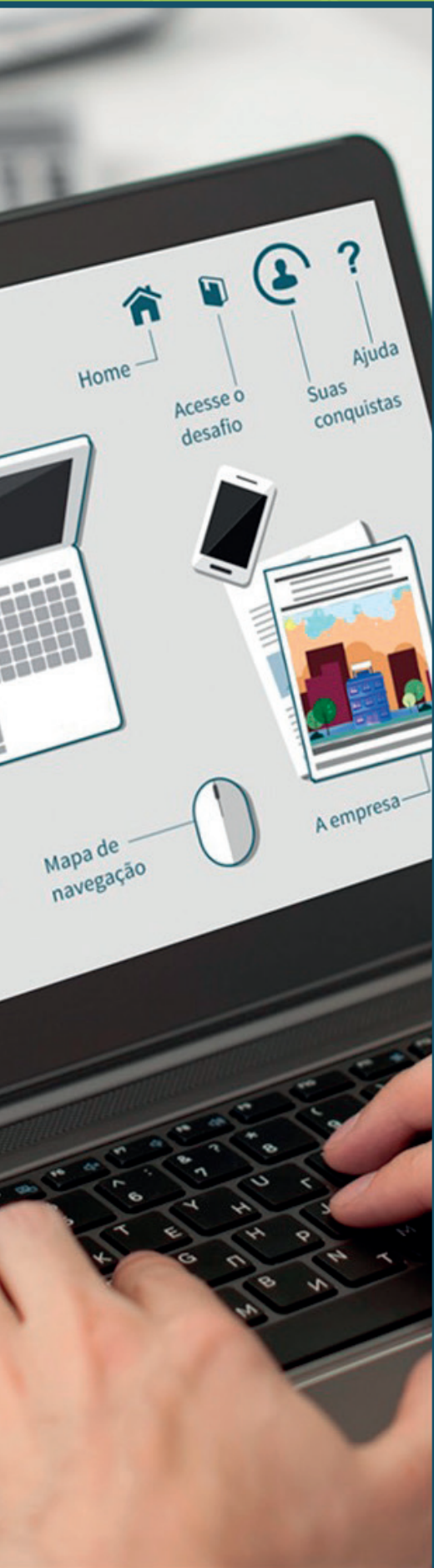
A especialista explica que o programa tem duração de um ano e a fase escolar é feita a distância. “A metodologia prevê o uso de material didático digital, em que são apresentados os desafios, as situações de aprendizagem, os recursos multimídia e as avaliações. Além disso, os alunos recebem também material impresso, no formato de livros didáticos”. No total, são disponibilizados onze ambientes digitais para navegação pelo computador e onze livros didáticos, correspondendo a cada unidade curricular do curso.

PROJETO-PILOTO

No dia 27 de julho, foi publicado o edital do processo seletivo para o Programa Jovem Aprendiz dos Correios, com o curso a distância do SENAI oferecido em cinco estados como experiência-piloto. A procura dos jovens por essa oportunidade foi expressiva, com média de 44 candidatos por vaga alcançando, em alguns municípios, mais de 300 inscrições para cada vaga e demonstrando, conforme destaca Paula, o alto valor dado pela sociedade aos programas de aprendizagem industrial. “Nesse projeto inicial, teremos atendimento para aprendizes em um estado de cada região do Brasil e vamos avaliar os resultados e impactos da metodologia e dos recursos didáticos em diferentes realidades regionais”, explica a especialista.

Em junho deste ano, foram preparadas as equipes do SENAI que irão atender o programa. “Capacitamos tutores, monitores, coordenadores técnicos da área de gestão, coordenadores pedagógicos de educação a distância e orientadores do SENAI”, conta a especialista, destacando que os estados que serão atendidos são Amazonas, Ceará, Goiás, São Paulo e Santa Catarina. “Nesses cinco estados, o SENAI estará atendendo a 567 aprendizes, distribuídos em 309 municípios”.







2.1 O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

Durante séculos, a humanidade vem discutindo quais são os fatores que a distinguem dos outros animais. Teses historicamente postuladas, como a exclusividade da racionalidade humana, hoje são questionadas. É crescente o número de pensadores para os quais a principal diferença entre humanos e outros animais residiria na capacidade de construção de símbolos. Parece ser um pequeno detalhe, mas o símbolo é a base de toda cultura e civilização humana. Outros animais, como os golfinhos, têm sistemas de comunicação relativamente elaborados, mas esses são sistemas instintivos, sem capacidade de autodesenvolvimento.



Costuma-se dizer que a comunicação é um processo, pois implica ocorrência de uma sequência de atividades a serem desenvolvidas por, no mínimo, duas pessoas. Todo processo de comunicação inicia com o emissor, a pessoa que quer compartilhar uma ideia. As ideias surgem na cabeça das pessoas a partir da observação da realidade e enquanto elas permanecem na cabeça, não têm uma existência material. Por isso, as obras artísticas tocam as pessoas de maneiras diversas enquanto que a comunicação é entendida de maneira uniforme.

COMUNICAÇÃO
Ação, efeito de comunicação pelo qual o sentimento é transmitido para individualizando a comunicação social.



REFLITA

A comunicação escrita, por sua vez, tem características opostas à da comunicação oral. A escrita não permite o feedback instantâneo como uma fala, mas, em compensação, tem como vantagem o fato de ser estável materialmente e poder viajar no tempo e no espaço. Povos da antiguidade, como os egípcios, comunicam-se com a atualidade por meio de textos escritos em pedras.

FOTOS

SENAI/SC

Um dos Departamentos Regionais envolvidos na proposta pedagógica do Programa Jovem Aprendiz dos Correios ofertado pela educação a distância (EaD) foi o de Santa Catarina. Para Mauricio Cappra Pauletti, diretor técnico do SENAI/SC, esse Programa é estratégico para o SENAI, pois, além de atender às necessidades da empresa, visa à formação de jovens em educação profissional, oportunizando o primeiro acesso ao mercado de trabalho. “Mais do que o cumprimento da legislação, escola e empresa estão engajadas no atendimento às demandas sociais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do País”, enfatiza o diretor.

Mauricio conta que o SENAI/SC contribuiu ativamente no desenvolvimento do curso, participando da elaboração do Itinerário Formativo, dos livros didáticos e dos materiais digitais, além de ter organizado a capacitação das equipes de tutores, monitores e coordenadores nos Departamentos Regionais da experiência-piloto.

Em Santa Catarina, o programa de Aprendizagem Industrial de Assistente Administrativo atenderá a 130 cotistas em 64 municípios. ■

Quando se faz algo em grupo, seja montar uma barraca em um acampamento, seja fundar um partido político, sempre há um momento em que se reflete como se irá executar esse “algo”, uma espécie de planejamento. Nesses momentos, invariavelmente, surgem ideias concorrentes e, então, inicia-se a discussão para que se eleja a ideia superior.

Figura 3 - Planejamento x Controle
Fonte: SENAI

A redação técnica é aquela destinada a um grupo específico de pessoas, o jargão de uma determinada área de conhecimento. Nesse contexto, o uso dos termos corretos facilita a comunicação, tornando-a mais eficiente sem a necessidade de utilizar expressões vagas ou de longas explicações. A introdução é o momento em que se apresenta o contexto da discussão, o tema e a ideia geral a ser defendida. Nesse momento, deve-se prender a atenção do leitor para o texto sem fugir do tema ou fazer falsas promessas. Tudo o que for apresentado brevemente na introdução deve ser retomado com mais profundidade depois.

MÓDULOS	DENOMINAÇÃO	UNIDADES CURRICULARES
Modulo II	Coordenação de ações de saúde e segurança do trabalho	• Coordenação de Ações em Saúde e Segurança do Trabalho
Modulo III	Planejamento de ações de saúde e segurança do trabalho	• Planejamento de Ações em Saúde e Segurança do Trabalho

Módulos SENAI

ILUSTRAÇÃO

IMAGENS: DIVULGAÇÃO


Avaliação de desempenho de estudantes

A realização de uma boa avaliação dá subsídios para que se possa conhecer o nível momentâneo de desempenho do aluno, compará-lo com o que é necessário ensinar no processo formativo e, assim, direcionar as decisões para que se possa atingir os resultados esperados. Além disso, o ato de avaliar ajuda na reorientação da aprendizagem e na melhoria do sistema de ensino.

Como retratado nas edições desta coluna, em movimento pioneiro no Brasil, o SENAI tem buscado a melhoria da qualidade de seus cursos, e a Avaliação de Desempenho de Estudantes também

tem contribuído para o alcance desse objetivo a cada ano. A instituição vê na avaliação educacional uma ferramenta útil para se formar um panorama da qualidade do ensino e, por meio dela, melhorar o sistema como um todo.

Segundo a gestora do Sistema de Avaliação da Educação Profissional (Saep), Glecivan Barbosa Rodrigues, desde 2010, quando foi realizada a primeira avaliação com os concluintes do curso técnico em Mecânica, o SENAI tem reforçado o seu compromisso de encaminhar para a sociedade trabalhadores com maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, e com habilidade de visualizar e solu-



cionar problemas. “Somos pioneiros na avaliação educacional externa em larga escala para o ensino técnico do País, a qual oferece informações que subsidiaram a elaboração de um diagnóstico da formação profissional do SENAI em nível nacional, regional e institucional”, afirma Glecivan.

Assim, em consonância com os aspectos legais e metodológicos de avaliação educacional utilizados por governos internacionais e pelo do Brasil, a Avaliação de Desempenho de Estudantes do SENAI é realizada com base em uma abordagem multimetodológica que avalia não só as competências dos estudantes, mas também as características das instituições de ensino. “Utilizamos

a Teoria de Resposta ao Item (TRI), que prevê a construção de uma série histórica, visando a um diagnóstico do perfil de saída do aluno e permitindo uma análise da efetividade do processo de ensino-aprendizagem e suas relações com fatores externos”, conta a gestora, explicando que, com a TRI, o SENAI inseriu em seu sistema a construção de escalas de proficiência, que consiste em distribuir em uma única escala os parâmetros de proficiência dos estudantes. “As escalas, de 0 a 1000, com intervalos de 50 pontos, possuem quatro padrões de desempenho: abaixo do básico; básico; adequado e avançado. Um rico instrumento pedagógico para auxiliar os docentes na ampliação de ações que busquem a melhoria da formação.”

RELAÇÃO COM OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS

O modelo adotado para a avaliação dos concluintes dos cursos técnicos pressupõe a elaboração prévia de uma matriz de referência. Esta sistematiza e orienta o processo de construção de itens e serve também de referência para a análise dos resultados das provas aplicadas. “A matriz permite mensurar o grau de desenvolvimento das competências dos estudantes, ou seja, o grau de alcance do perfil profissional”, explica a gestora, completando que os itens que compõem a matriz reúnem os conteúdos curriculares e as competências e habilidades que se espera que os estudantes tenham desenvolvido e que foram previstas no Itinerário Formativo e no Desenho Curricular.

Glecivan diz ainda que, após a aplicação dos instrumentos de avaliação, é possível interpretar os resultados de forma alinhada com o Perfil Profissional de cada curso técnico, também com o auxílio da matriz de referência, gerando a descrição pedagógica dos níveis de desempenho no curso e o desdobramento das dimensões adotadas na matriz em informações acerca das capacidades dos estudantes em cada nível de proficiência da escala. “Tudo isso traz informações relevantes da formação em todo o País e possibilita a padronização de alguns aspectos do currículo proposto”, afirma a gestora.



INSTRUMENTOS: QUESTIONÁRIOS E PROVAS

Os questionários são instrumentos complementares utilizados em avaliações, os quais permitem ampliar a visão sobre o contexto de aprendizagem dos alunos. Eles avaliam aspectos mais amplos do processo de aprendizagem, para além da mensuração das competências básicas, técnicas e de gestão. A gestora do SENAI conta que a instituição utiliza três questionários: aluno, professor e diretor da unidade. Segundo ela, eles têm como objetivo ser suporte para se compreender de que forma fatores extraescolares e intraescolares, como a condição socioeconômica do aluno, a atuação do professor em sala de aula, os recursos didáticos, os laboratórios, a infraestrutura, a gestão escolar e uma série de outros fatores afetam o desempenho do aluno.

FOTOS: GLEICIAN BARBOSA RODRIGUES



Elaboração de itens das avaliações



Já as provas objetivas são realizadas online e servem como um instrumento que permite coletar informações sobre as capacidades básicas, técnicas e de gestão previstas no Itinerário Formativo dos cursos. As questões são elaboradas pelos docentes do SENAI de todo o país, de forma que se possa contemplar situações de aprendizagem abordadas nas salas de aula, que sejam desafiadoras e capazes de refletir uma aprendizagem significativa e contextualizada, além de integrar a teoria e a prática. As provas são compostas de quarenta questões de múltipla escolha, e para os cursos com maior participação de respondentes, a prova é organizada utilizando-se Blocos Incompletos Balanceados (BIB), metodologia que permite montar diferentes cadernos de prova com itens distintos em quantidade maior do que aquela estabelecida para cada caderno de prova.

GLECIVAN BARBOSA RODRIGUES



Alunos respondendo as provas online - DR-DF





O QUE JÁ FOI REALIZADO

Atualmente, a Avaliação de Desempenho de Estudantes do SENAI está em sua 6ª edição. Começou avaliando um curso (1ª e 2ª edição, em 2010 e 2011, respectivamente); na sequência, avaliou dez cursos, (3ª, 4ª e 5ª edições, em 2012, 2013 e 2014, respectivamente).

PARTICIPANTES	2010	2011	2012	2013	2014	2015 Inscritos*
DRs	12	14	24	23	24	27
Unidades Operacionais	52	54	126	171	213	361
Cursos Técnicos Avaliados	1	1	10	10	10	40
Estudantes	1.523	1.898	5.522	8.572	8.915	55.000
Docentes	401	485	2.099	1.412	1.243	8000

*Até o fechamento da matéria, não havia sido concluída a aplicação de todas as provas, portanto, consideram-se os dados de participantes inscritos.

RESULTADOS

São produzidos diversos relatórios e boletins de desempenho para cada Unidade Escolar, por curso. Além dos resultados de proficiência, também destaca-se os resultados dos fatores externos captados nos questionários.

Considerando o último resultado apurado (da 5ª edição da avaliação, realizada no ano de 2014), 80,1% dos estudantes avaliados informaram que um dos principais motivos para fazer o curso no SENAI é o fato de a área de atuação escolhida ter boas oportunidades no mercado de trabalho. Além disso, mais de 50% dos docentes que participaram da avaliação eram de ex-estudantes do SENAI, e 60,5% deles responderam que já participaram de algum curso de capacitação e/ou formação pedagógica ofertado pela instituição nos últimos dois anos.

A gestora conta também que as contribuições do curso mais citadas pelos estudantes referem-se ao desenvolvimento profissional (96,9%), maior reconhecimento no mercado (57,4%) e surgimento de novas oportunidades (56%).

Em 2015, o salto foi alto, como enfatiza Gleivian. “De dez cursos técnicos avaliados nas edições anteriores, passamos para quarenta na 6ª edição, que está em andamento, com a previsão de que os resultados sejam publicados em março de 2016”.

A gestora do SENAI enfatiza que os resultados devem ser analisados e debatidos pelas instituições de forma ampla, atingindo, se possível, todas as esferas decisórias, ou seja, o Departamento Nacional, os Departamentos Regionais, as Unidades Operacionais, os gestores e os docentes. “Os resultados de avaliações educacionais obtidos por meio da TRI asseguram uma análise fidedigna, comparável e precisa. Com isso, aumenta a segurança das instituições para trabalhar com

LARISSA FERNANDES



Turma do workshop de resultados

esses resultados, fazendo um planejamento para alcançar metas específicas entre uma edição e outra das avaliações”, analisa.

Segundo ela, os resultados não devem motivar a distribuição de sanções ou prêmios ou estimular a construção de rankings. “Esse não é o objetivo da avaliação”, pondera Glecivan, ressaltando que a utilização dos resultados é sugerida para estabelecer metas de desempenho e constituir referenciais que permitam a definição de ações voltadas para a melhoria da qualidade dos cursos.

Para a gestora, os resultados oriundos dos processos avaliativos devem ser importantes não somente para o Departamento Nacional e para os Departamentos Regionais, mas especialmente para Unidades Escolares, gestores, coordenadores e professores, que mobilizam ações diariamente para o sucesso dos alunos. “Nesse sentido, as implicações pedagógicas que nascem desses resultados permitirão que todos estabeleçam metas pedagógico-institucionais devidamente orientadas pelo mapeamento das instituições que precisam de atenção especial e apoio de seu sistema de ensino”, esclarece.

Assim, a Avaliação de Desempenho de Estudantes apresenta-se como um importante instrumento que permite o fortalecimento da prática de ensino da formação profissional do SENAI. “Os desdobramentos advindos dos resultados gerados vêm atribuir ênfase aos sujeitos, atores da escola, considerando-os potencialmente capazes de mobilizar seus saberes técnicos, pedagógicos, teóricos, práticos e vivenciais em prol da melhoria da qualidade de ensino e, conseqüentemente, do avanço e da transformação da realidade social”, analisa Glecivan, concluindo que o resultado da atuação do SENAI no campo da avaliação da educação profissional se constitui como uma bússola fundamental para diagnosticar e prospectar caminhos para uma maior efetividade na formação e, conseqüentemente, para um real impacto no mundo do trabalho. ■



ÉTICA E SEGURANÇA DIGITAL

**Parceria vai contribuir ainda mais
com a preocupação do Sesi em
formar alunos-cidadãos**

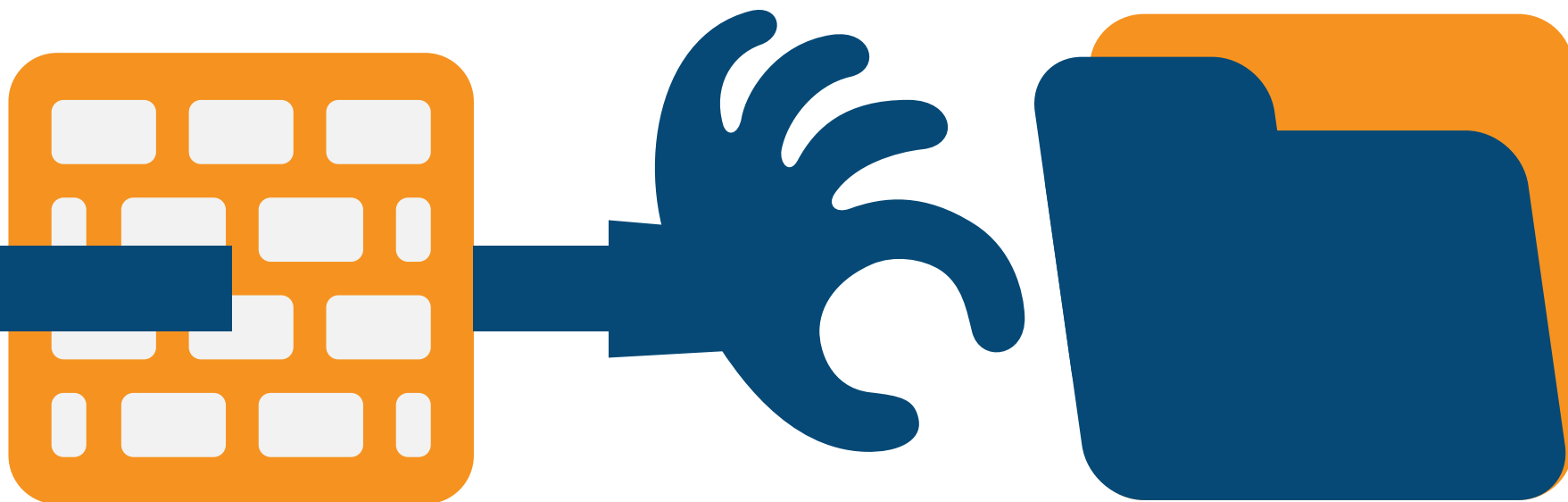




A Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira, encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), aponta que 48% dos brasileiros usam internet. O percentual de pessoas que a utilizam todos os dias cresceu de 26% na pesquisa de 2014 para 37% na atual, e o hábito de uso também é mais intenso do que o obtido anteriormente.

Os usuários das novas mídias ficam conectados, segundo o estudo, em média, 4h59 por dia durante a semana e 4h24 nos finais de semana, valores superiores aos obtidos pela televisão. Ou seja, a internet está completamente disseminada no Brasil. Hoje, todas as crianças têm acesso a essa ferramenta, que é fantástica, mas que também pode ser destrutiva.

Para **Frederico Meinberg Ceroy**, promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e idealizador do Instituto Brasileiro de Direito Digital, está provado que o Brasil é um país que gosta de tecnologia e a consome muito. Porém, segundo ele, os brasileiros pensam pouco sobre as consequências dela não só no aspecto do direito, mas também no social e familiar. “As premissas básicas que existem na educação dos filhos são totalmente subvertidas quando se trata do mundo digital. Por exemplo, orientar as crianças a não conversar com estranhos é uma referência milenar do mundo offline e totalmente desvirtuada no mundo online”, explica Ceroy, ressaltando que é preciso conscientizar as crianças, adaptando essas regras milenares para o ambiente digital, além de criar novos paradigmas de segurança, como o não compartilhamento de senhas, os riscos dos downloads piratas, entre outros.



O promotor lembra, ainda, que o Marco Civil da Internet prevê que é dever do Estado tratar dessa conscientização de crianças e adolescentes. “Mas acontece que esse é um ponto que foi totalmente deixado de lado, em se tratando de aplicação da legislação”, afirma Ceroy.

Ele conta que esse trabalho está sendo desenvolvido, então, pelo Ministério Público do Distrito Federal e pelo Instituto Brasileiro de Direito Digital, com a disseminação de cartilhas e treinamentos para pais, filhos e educadores sobre os riscos do mundo digital e da internet.

Nessa direção, já foram distribuídas mais de 15 mil cartilhas para as redes públicas e particulares do Distrito Federal. Essa iniciativa é fruto de uma parceria inédita entre o MPDFT e a professora Patricia Peck Pinheiro, advogada associada ao Instituto, que licenciou gratuitamente os direitos de impressão e distribuição. “Como expoente do direito digital e como mãe, Patricia trabalhou na concepção da cartilha durante praticamente uma década”, diz Ceroy, explicando que, quando a advogada chegou ao Instituto levando seu material, foram pinçadas algumas ideias e elaborado o treinamento *in loco*, voltado para crianças, adolescentes, pais e educadores.

O promotor conta, ainda, que, completando o trabalho de conscientização do Instituto, está sendo desenvolvido um aplicativo para aparelhos móveis para que o treinamento possa atingir um número ili-

DIVULGAÇÃO





1 POSTAGEM



Instagram
YouTube
Android
Twitter
Facebook
Google+
Messages

2,4 BILHÕES
DE PESSOAS




Instagram

YouTube

Twitter

Messages

MINHAS SENHAS SÃO SEGURA ??????



Facebook

Google+

Android

Dica 4
Evite golpes



Dica 2 Cuide das suas coisas

mitado de pessoas. “Com esse aplicativo, a atividade pode ser realizada na casa da criança, por exemplo, ou mesmo na escola, mas sem a necessidade de ter uma pessoa física do Instituto ministrando”, afirma.

Assim, segundo Ceroy, é possível perceber que existe o arcabouço legal, que é o Marco Civil da Internet, que existem pessoas que pensaram e estão realizando o trabalho de conscientização, mas ainda falta capilaridade para atingir o Brasil inteiro. Pensando nisso, está sendo construída uma parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI) para levar todo o combo de treinamentos e materiais sobre ética e segurança digital para a Rede Sesi de todo o País. “Nós reconhecemos a capilaridade da instituição como poucas têm no Brasil. A ideia é usar essa abrangência para atingir um número maior de pais, educadores, crianças e adolescentes”, explica o promotor, reiterando que existe um grupo de pessoas que pensa a ética e a segurança digital e que estará à disposição da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para criar materiais de referência.



FORMAÇÃO CIDADÃ

Segundo **Marcos Tadeu de Siqueira**, diretor de Operações do SESI, a iniciativa vai ao encontro de uma preocupação da instituição, que é formar o aluno-cidadão. “Já temos parcerias com instituições renomadas, como a UNESCO, o Instituto Mauricio de Sousa e a Controladoria-Geral da União, por exemplo, para trabalharmos a questão da ética e da cidadania em nossas salas de aula. Portanto, essa proposta do promotor Frederico Ceroy está em consonância com outras ações que o SESI já desenvolve”, afirma Siqueira, ressaltando que falar de segurança digital é trabalhar também conceitos de ética e de cidadania. “Isso para nós representa mais um passo na formação da consciência do jovem, na formação de seu caráter, que é uma preocupação da escola SESI”.

O diretor lembra que a tecnologia, que é algo muito presente na vida do aluno, faz, inclusive, com que a mensagem chegue de forma mais fácil e rápida. “Vamos utilizar as cartilhas e as palestras do Instituto Brasileiro de Direito Digital, mas, como estamos falando de segurança digital, faremos um grande trabalho em cima de mídias digitais também”, conta Siqueira, explicando que o SESI lançou, recentemente, por ocasião da comemoração dos seus 69 anos de existência, uma página no Facebook. “Com esse lançamento, completamos o ciclo de todas as mídias digitais que pretendemos utilizar, não só para a divulgação de nossas

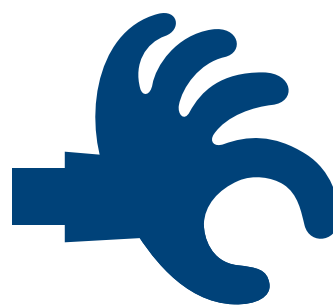
©@KINDO/ISTOCKPHOTO





ações, mas também para levar a conscientização sobre o uso seguro da internet para todos os nossos públicos”, afirma.

Para finalizar, o diretor reitera que, hoje, a escola Sesi tem a preocupação de falar a linguagem do jovem. “A tendência é que, a cada dia, passemos a ter o uso mais ativo da tecnologia nos ambientes de nossas escolas e, com isso, esse aspecto da segurança digital e do comportamento ético na internet ganha relevância e importância dentro da nossa abordagem de formação”, conclui. ■



EU, MEU FILHO E A INTERNET: AMEAÇAS REAIS NO MUNDO

Consultora orienta pais e educadores para o uso correto dessa ferramenta

A mudança acelerada promovida pela revolução dos recursos tecnológicos é marca registrada da sociedade atual. A internet destaca-se nesse contexto revolucionário, aumentando as formas de comunicação interpessoal e facilitando o acesso a todo tipo de informações. Por outro lado, essa navegação nem sempre é um mar calmo e sem perigos. As ameaças reais que o mundo virtual apresenta às crianças e aos jovens constituem preocupação de pais, professores e educadores em geral.

E A AÇAS DO VIRTUAL

Para a pedagoga e especialista em tecnologia responsável, Danielle Lourenço, a internet hoje é uma grande teia, da qual nossos filhos podem ser as maiores presas, porque eles não têm a devida formação e orientação sobre isso, como no mundo real. “Você ensina que não se deve falar com estranhos, aceitar balas ou tomar bebidas no copo de desconhecidos, e faz outras tantas recomendações... e no mundo virtual? Você sabe exatamente por onde seu filho navega?”, questiona.

WhatsApp, Facebook, Instagram e Snapchat estão entre os aplicativos mais utilizados, atualmente, pelos filhos que nasceram na era virtual. “Alguns pais e educadores comentam que não sabem nada de redes sociais, enquanto seus filhos ou alunos as dominam com maestria. O equívoco acontece porque o jovem domina apenas o conhecimento relativo à tecnologia. O



pai e o educador, por sua vez, trazem (ou deveriam estar trazendo) as questões de ética e responsabilidade no uso dos recursos tecnológicos”, afirma Danielle Lourenço.

Os pais não serão ouvidos se, de repente, derem ordens sobre o uso correto da internet. Proibir o uso de dispositivos móveis em casa também não é a melhor saída, pois as crianças poderão fazer uso na escola, nas ou nas casas de amigos. “Orientar e formar é o melhor caminho a seguir”, diz. A consultora sugere que os pais iniciem, conhecendo quais são as preferências dos seus filhos na web. “Acesse alguns sites considerados interessantes por eles; se não tiver e-mail, crie um com ajuda do seu filho; peça para conhecer a lista de amigos do WhatsApp e a página dele no Facebook”. É preciso ser um pai “virtual”, enfatiza Danielle.

Mais algumas dicas da pedagoga para o trabalho de orientação:

56

REVISTA
SESI/SENAI
EDUCAÇÃO

1

Estabeleça com seu filho um horário fixo de uso da internet, com bom-senso. Não há um tempo certo. O ideal é que ele tenha tempo para realizar todas as atividades previstas para sua idade e que suas 8 horas de sono diárias sejam preservadas.

2

Coloque o computador num cômodo comum da casa. Nada de computadores no quarto, com portas fechadas.

3

Amigos no mundo virtual, somente aqueles com quem mantém relações no mundo real. A internet é uma terra de ninguém, e não temos garantia de nada. O teclado aceita tudo o que as mãos digitam.

4

Oriente seu filho a não divulgar nenhuma informação que possa colocá-lo em risco no mundo offline.

5

Mostre para ele que ações judiciais de difamação e calúnia tiveram como base páginas da web.

Esclareça-o sobre o que é *bullying* e *cyberbullying*, suas implicações legais e danos psicológicos prováveis.

6

Fique atento se seu filho não apresenta sinais de vício em relação ao uso dos recursos tecnológicos contemporâneos: isolamento social, sofrimento ao sentir-se “desconectado”, dificuldades de relacionamento, descaso com cuidados pessoais, agressividade ao ser questionado sobre o uso excessivo do celular/internet, baixo rendimento escolar, distúrbios alimentares e de sono.

7

Muitas vezes, crianças e jovens limitam-se ao mundo virtual por falta de outras atividades. Os pais devem propô-las! Ir ao parque, brincar de bola, soltar pipa, ir ao cinema, visitar amigos, ler, dançar, praticar esportes! Amplie a visão de mundo do seu filho por meio da diversidade de experiências e vivências.

8

“Educar é um desafio diário, que demanda convivência, troca, empenho e muito amor! Participe ativamente da vida do seu filho e faça todas as intervenções necessárias. Amor não permite omissão: oriente!”, finaliza Danielle. ■





SORRIA: você não está sendo filmado

Em uma viagem à Argentina, algum tempo atrás, vi um cartaz espalhado por Buenos Aires que dizia: “Sorria: temos visitas”. A frase ficava no alto e, logo abaixo, vinha um texto com o número de turistas que visitam a Argentina por ano. Era uma campanha para estimular a população a receber seus visitantes de braços abertos e sorriso idem e, desde então, penso no quanto somos incentivados a sorrir para “sair bem na foto” (ou na gravação) e o quanto temos economizado nos sorrisos para quem convive conosco.

O escritor e comentarista Max Gehringer disse uma vez que hoje saímos de casa mais preparados para um assalto do que para um sorriso. Nada mais verdadeiro. Os assaltos, por piores e mais traumatizantes que sejam, infelizmente (ou muito infelizmente) são vistos como parte do nosso cotidiano. Mas, se alguém que não conhecemos nos sorri na rua, no

ônibus ou no elevador, nossa reação é de surpresa. Normalmente, nos perguntamos em silêncio: “Quem é essa pessoa que está sorrindo para mim? Eu tenho certeza de que nunca a vi. Será que ela me confundiu com alguém? Que coisa estranha!”

Estamos preparados para assimilar comportamentos estressados, gestos descorteses, pressa, impaciência e até a violência do assalto, mas um sorriso gratuito nos desconcerta. O que é uma ironia se pensarmos que, não faz tanto tempo assim, dizia-se que um sorriso “desarmava” as pessoas. Hoje, sorrisos sem razão de ser podem nos deixar na defesa, ou seja, armados. E não é só entre estranhos que está cada vez mais raro sorrir. Nos ambientes de trabalho, a sensação que se tem é que é cada vez mais comum conviver com colegas ou chefes que não sorriem, não brincam, mal cumprimentam quem está perto e passam o dia inteiro de cara amarrada, com aquela expressão de que estar ali, fazendo o que se faz e convivendo com quem se convive, é um desprazer.

Há pouco tempo, conversei com uma cabeleireira que é conhecida como uma pessoa extremamente leve e perguntei a ela qual era o segredo de sua leveza. A mineira Conceição respondeu com singeleza: “Tem gente que vem para o mundo de caminhão e tem gente que vem de bicicleta. Acho que eu sou da turma da bicicleta”.

O bom humor e a capacidade de sorrir sem estar sendo filmado fazem parte da bagagem de mão dessas pessoas leves. E quem tem a sorte de conviver com elas, seja na empresa, na sala de aula, no consultório médico, na academia de ginástica ou em casa sabe a diferença que elas fazem. ■

***Jornalista**

